Caminhos da História

v. 30, n.1 (jan./jun.2025)

https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v30n1p.70-79

www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

ISSN (impresso): 1517-3771
ISSN (online): 2317-0875

IMPRENSA E EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO BRASIL NO SÉCULO XIX[1]

Constância Lima Duarte[2]

Recebido em: 30/01/2025
Aprovado em: 20/02/2025

Resumo: Esta reflexão sobre os jornais e revistas que circularam no Brasil durante o século XIX, cujo público alvo era as mulheres, é resultado de investigações que visam conhecer a história da mulher brasileira na busca por seus direitos e na construção de sua identidade e de uma dicção literária própria.
Palavras-Chave: Periodismo feminino; História da Mulher; Feminismo.

PRENSA Y EMANCIPACIÓN DE LA MUJER EN EL BRASIL DEL SIGLO XIX

Abstract: Esta reflexión sobre los periódicos y revistas que circularon en Brasil durante el siglo XIX, cuyo público objetivo eran las mujeres, es el resultado de investigaciones que tienen como objetivo comprender la historia de las mujeres brasileñas en la búsqueda de sus derechos y en la construcción de su identidad y de una dicción literaria propia.
Keywords: Periodismo femenino; Historia de la Mujer; Feminismo.

PRESS AND EMANCIPATION OF WOMEN IN BRAZIL IN THE 19TH CENTURY

Resumen: This reflection on the newspapers and magazines that circulated in Brazil during the 19th century, whose target audience was women, is the result of investigations that aim to understand the history of Brazilian women in the search for their rights and in the construction of their identity and their own literary diction.
Palabras-chaves: Women's journalism; Women's history; Feminism.

Para representar o livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil*, século XIX – Dicionário Ilustrado (2016; 2023) é resultado do desdobramento de pesquisas que venho realizando sobre a história das mulheres, a literatura de autoria feminina e o movimento feminista no Brasil. Desde a investigação sobre Nísia Floresta, em meados da década de oitenta, busco conhecer a produção intelectual da mulher brasileira em suas diferentes modalidades. E

[1]Este texto é parte da introdução que se encontra no livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX. Dicionário ilustrado* (2016; 2023).
[2]Professora Dra. UFMG/CNPq. https://orcid.org/0000-0002-4020-8135. E-mail: constanciaduarte@gmail.com.

a pesquisa de periódicos naturalmente se impôs. Afinal, para compreender o percurso realizado pelas mulheres, bem como as especificidades de nosso movimento feminista, e ainda recuperar as protagonistas desta história em sua abrangência, era preciso abarcar a produção letrada feminina como um todo, que se manifestou não apenas no formato ficcional e poético, mas também em crônicas, ensaios, memórias e escritos militantes.

A constatação de que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, contribuiu para ampliar a investigação. Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. Mais do que os livros, foram os jornais e revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência.

O marasmo dos tempos coloniais – sabemos – só se rompeu com a vinda da família real, legítimo estopim para as mudanças que se faziam urgentes à sociedade brasileira. A convivência com a Corte, os novos costumes importados da Europa, como a etiqueta, os modismos, o gosto pela literatura, tudo isso a imprensa se encarregou de difundir, impondo à parcela esclarecida da elite o passo ditado pelo novo século. E as mulheres foram especialmente beneficiadas. Se predominava a indigência cultural, o sentimento de inferioridade e a reclusão mourisca – resumida no velho ditado: "A mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar e enterrar" –, o quadro começa a mudar com os ventos soprados da Europa e lentamente vai deixando de ser "heresia social" instruir o sexo feminino.

Foram muitas as questões examinadas a começar pela nomeação do objeto de estudo: imprensa para mulheres ou imprensa feminina? Porque esta é uma imprensa que se define pelo sexo de suas consumidoras. Dulcília Buitoni foi precisa ao afirmar que "Imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza. Desde que surgiu no mundo ocidental, no fim do século XVII, já trouxe a distinção às mulheres no próprio título do jornal – Lady's Mercury – prática a persistir até hoje." (Buitoni, 1986, p. 7) E se esta imprensa é dirigida e pensada para mulheres, a feminista – também destinada ao mesmo público – diferenciar-se-á por protestar contra a opressão, a discriminação, e por exigir a ampliação de direitos civis e políticos. Como ambas tiveram participação decisiva na formação

intelectual da mulher e na construção cultural e discursiva de sua identidade, decidi examinar o conjunto de periódicos destinados ao público feminino – independente de terem sido escritos ou dirigidos por homens ou mulheres, e de se identificarem ou não ao ideário feminista.

A insuficiência de trabalhos existentes sobre a temática também justificou a realização desta pesquisa. Basta examinar os principais estudos sobre a história da imprensa brasileira para constatar a invisibilidade do periodismo feminino. Independente da extensão e da importância desses estudos, em sua maioria eles realizam análises pontuais de um jornal, ou tratam do conjunto a partir de uma visão historicista sem se deter na especificidade daqueles pensados para mulheres. Apenas a partir da década de 1980, quando no Brasil as mulheres tomam de assalto a construção da própria história, o periodismo feminino é "descoberto", e se torna objeto de inúmeros artigos, dissertações, teses e livros. algumas estudiosas da temática, cito Dulcilia Buitoni e June E. Hahner, cujos trabalhos pioneiros tornaram-se referências para todos que se enveredam pela temática. A primeira – autora de Imprensa feminina e de A mulher de papel, de 1981, além de realizar um levantamento inicial desse periodismo propõe reflexões pertinentes sobre o caráter dessa imprensa – que se debate entre a estética da utilidade e a estética da futilidade – ainda hoje válida e provocativa. June Hahner, autora de A mulher no Brasil (1978) e A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1981), reúne documentos do período colonial às primeiras décadas do século XX, até então desconhecidos, além de questionar a ausência feminina na história oficial. Também importante foi a contribuição de Maria Theresa Caiuby Crescenti Bernardes, consubstanciada no livro Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – Século XIX (1989). Resultado de intensa pesquisa de fontes primárias, seu trabalho tem o mérito de questionar a assertiva de que a mulher brasileira vivia sufocada pela atmosfera autoritária da família patriarcal.

Além dessas publicações em livro, valemo-nos de inúmeros artigos e ensaios que, independente de sua extensão, apontam para novas e instigantes reflexões. Para não me estender nessa enumeração, cito dois – de Tania Regina de Luca e Zahidé Lupinacci Muzart. Da primeira, trago o ensaio "Mulher em revista" (Luca, 2012), consistente leitura sobre o surgimento e consolidação das revistas dedicadas ao público leitor feminino. Da segunda, conhecida pesquisadora da literatura de autoria feminina, destaco "Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX" (Muzart, 2003), que empreende uma interessante reflexão acerca dos periódicos fundados por Maria Josefa Pereira Pinto e Joana Paula Manso de Noronha.

Estou, portanto, seguindo as trilhas abertas pelos que me antecederam. Aos poucos, como quem junta um quebra-cabeça, recolhi títulos, datas e nomes dos e das que ensaiaram as primeiras investidas. Os periódicos foram surgindo vindos de todos os cantos do país. Como

iniciei ainda em meados da década de 1990, fui testemunha da rápida transformação porque passou a pesquisa. Se antes era preciso visitar pessoalmente os arquivos para ter acesso a antigos jornais, e poder examiná-los no formato impresso ou através de máquinas leitoras de microfilmes, a partir da revolução digital muitos acervos passam a permitir acesso à distância.

O volume de informações reunido nessa publicação pode surpreender. No total, são 143 títulos de revistas e jornais femininos e feministas que circularam no país ao longo do século XIX. Quero crer que representam a ponta do *iceberg*, pois outros devem ter também existido e se perderam por falta de conservação. O material surpreende também pela multiplicidade de títulos e a larga amplitude alcançada no território nacional, pois essa imprensa tensionou a opinião pública não só no centro, como também nas periferias. Circulou no litoral e no interior; na metrópole e nas mais afastadas províncias. Circulou no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador; e também em São Luiz, Teresina, Belém, Natal, Manaus, Maceió, Aracaju, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. E não só nas capitais, mas também em Maragogipe, Cachoeira e Conde d'Eu, na Bahia; São João Del Rei, Oliveira, Juiz de Fora, Barbacena, Rio Branco, Viçosa e Mar de Espanha, em Minas Gerais; Rio Grande, Bagé e Santa Maria, no Rio Grande do Sul; Pão de Assúcar, em Alagoas; Açu, no Rio Grande do Norte; Estância, em Sergipe; Angra dos Reis, no Rio de Janeiro; Caxias, no Maranhão; Bananal, em São Paulo, dentre outras.

Como é previsível – pelo destaque político, econômico e cultural, o maior número – 45 periódicos circulou na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, vem Recife, com 25; São Paulo, com 14; Salvador, com 9; e Fortaleza com 4. Os restantes distribuem-se pelas demais cidades, além dos 3 publicados no exterior – Nova York, Lisboa e Paris. Dentre os estados, Minas Gerais se destaca com 9 cidades sediando jornais femininos. Depois a Bahia e o Rio Grande do Sul, com 4 cada.

Por tudo isso quero crer que, redescobertos, muitos periódicos devem propiciar novas reflexões acerca da tradição literária das mulheres, da profissionalização das primeiras jornalistas, do papel das revistas e jornais na ampliação do público leitor e na conscientização feminina, além de revelar as estratégias usadas para driblar a censura e se expressar publicamente. Também vai permitir conhecer os gêneros em voga, os avanços na política educacional para o segmento feminino, a formação do novo público leitor, entre outros aspectos. Como os jornais se constituíram no grande veículo da literatura, e a maioria das escritoras publicou antes em suas páginas, para depois se aventurar em livros, como soi acontecia, é quase certo que o caráter engajado de muitos dos textos destinados a um público

mais amplo, tenha contribuído para a posterior exclusão de certas autoras da história literária nacional. É uma hipótese a se verificar.

As primeiras iniciativas femininas de que se tem notícia – bem antes do *Jornal das Senhoras*, de 1852 – surgiram em Porto Alegre, em 1833, sob a responsabilidade da escritora Maria Josefa Barreto (1786?-1837), sob os títulos *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833-1834) e *Idade d'Ouro* (1833). Ambos, francamente políticos, posicionavam-se a favor do Partido Conservador. Outros surgidos na mesma época no Rio de Janeiro também merecem ser citados: *A Filha Unica da Mulher do Simplicio* (1832) e *A Mineira no Rio de Janeiro* (1833) – por terem sido escritos na primeira pessoa e sugerirem que uma mulher estava à sua frente. No primeiro número de *A Filha Única*, há um longo poema assinado apenas por "Redatora", mas dedicado exclusivamente a defender "os interesses do país". Da mesma forma, *A Mineira no Rio de Janeiro*, escrito do ponto de vista de uma mulher, faz apelos enfáticos "às Brasileiras" para que se envolvam mais com a política. Foi o ineditismo dessa voz feminina que levou alguns estudiosos da imprensa a tentarem "corrigir" seu título, registrando-o como "O Mineiro no Rio de Janeiro". A par isso, não deixa de ser interessante observar que os quatro primeiros prováveis periódicos dirigidos por mulheres não trataram de questões específicas do gênero. O clima conturbado que dominava o país durante o período regencial levava também o "segundo sexo" – quisessem ou não os homens – a tomar partido e eleger a política como tema prioritário.

Em 1852, surge no Rio de Janeiro aquele que se tornará conhecido como fundador do periodismo feminino – o *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), que vai circular até 1855. A folha – que logo foi transferida para Violante Atabalipa Bivar e Velasco (1816-1874) – teve a seu favor o fato de circular na Corte e tratar de questões relacionadas à mulher. Com o objetivo de "propagar a ilustração" e cooperar "para o melhoramento social e a emancipação moral da mulher", trazia a bandeira que muitos dos periódicos que se seguem, também vão ostentar: a reivindicação por uma instrução mais consistente para as meninas. Ao lado de notas sociais e comentários sobre moda e receitas, são estampados artigos clamando por melhores condições de vida. O leitor pretendido era a mulher, naturalmente; mas buscava-se o homem como forma de convencê-lo a aceitar (e a apoiar) o novo quadro que se desenhava para as jovens.

Em 1862, surgiu também no Rio de Janeiro *O Belo Sexo*, fundado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar que pretendia "provocar a manifestação feminina na imprensa, a favor do progresso social". Em Minas Gerais, o primeiro que veio a público em 1873, em

Campanha das Princesas, foi editado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz[3], nomeado *O Sexo Feminino*. Em 1875, ela se transfere com o jornal para o Rio de Janeiro, e intensifica a reivindicação do acesso à educação e da necessidade das mulheres se emanciparem da tutela "eterna e injusta" que pesava sobre o gênero.

E os periódicos são surpreendemente múltiplos em sua diversidade. Há os assumidamente feministas; os assumidamente conservadores; os que não se comprometem; os que se limitam ao passatempo; os que visam certos segmentos, como a jovem, a mãe de família, a adolescente, a estudante; e os que se dedicam a temas específicos: literatura, educação, política, lazer, moda, humor. Há também os que trazem um pouco de tudo em suas páginas: poesia, romance, charadas e escritos militantes... Muitos, dentre os dirigidos por homens, deram voz e vez às mulheres – o *Mentor das Brasileiras* (1829-1832), de São João Del Rei, e *O Porvir* (1877), de Campinas, por exemplo. Neste último, o editor comparou a opressão vivida pelas mulheres ao regime escravocrata, e ainda denunciou os disfarces usados cotidianamente pelos homens para submetê-las ao seu jugo. Como Machado de Assis, alguns jornalistas consideravam a imprensa uma escola em potencial – legítima "república do pensamento", capaz de fornecer às mães e esposas informações úteis sobre elas mesmas, e sobre o contexto em que viviam.

Muitos dentre os editados por mulheres foram usados para que elas se posicionassem politicamente, a favor ou contra a Monarquia, a Revolução Farropilha, a Constituinte, a Abolição ou a República, tais como *Idade d'Ouro* (1833), *República das Moças* (1879), *O Abolicionista do Amazonas* (1884) e *Ave Libertas* (1885). Ou para divulgarem o ideário feminista, contestar o mandonismo patriarcal e o comportamento domesticado das mulheres: *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Mulher* (1881-1883), *A Mensageira* (1897-1900) e *O Escrinio* (1898-1910), entre outros.

A pesquisa atentou sempre para o horizonte pretendido por cada periódico: não só *a quem* se dirigia, mas também *como* se dirigia às leitoras. E objetivou captar as articulações que os e as jornalistas estabeleciam entre si, apoiando e divulgando novos jornais, e transcrevendo notícias já publicadas sobre os avanços da questão, no Brasil e em outros países.

E, à medida que se avança na história das mulheres contada pelos jornais, constata-se a força das estruturas limitadoras: Igreja, Estado, Família e Escola. Segundo Bourdieu (1999), foi através destas instituições que o patriarcado eternizou seu poder e legitimou a opressão sobre

[3] Como ocorre com outras mulheres brasileiras de relevo intelectual, não são conhecidas as datas de nascimento e morte de Francisca Senhorinha, nem de Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar e Josephina Álvares de Azevedo.

as mulheres. Tanto é verdade que, quando se tornou conveniente valorizar a maternidade, tendo em vista os altos índices de mortalidade infantil, ela foi investida de uma mística religiosa e filosófica que naturalizou ainda mais o papel da mãe, incentivou a amamentação e contribuiu para mantê-la mais apegada à família. Os ideólogos do patriarcado nacional – aí incluindo homens e mulheres, filósofos, moralistas, jornalistas, políticos e médicos – determinavam em seus escritos os novos comportamentos, direitos e deveres. E o redimensionamento do papel da mulher com que umas e outras sonhavam, vai consistir na supervalorização das figuras da esposa e da mãe, alçadas à categoria de 'santas'. Com a entronização da 'divina missão' materna, de 'guardiã privilegiada' da família, a autoridade do pai parecia diminuir na proporção que a mãe aumentava seu espaço de poder. Mas no fundo, no fundo, continuava cabendo ao mantenedor a última palavra. Ela, a "rainha do lar"; ele, o cabeça, o chefe, o juiz.

Daí tantos jornais criados por médicos, padres e jornalistas, empenhados exclusivamente em convencer as mulheres, sobretudo às da elite, então indiferentes à criação dos próprios filhos, a se transformarem em mães "perfeitas". *A mai de familia* (1879-1888) foi um que se destacou nessa linha. E não deixa de ser irônico: o "fato novo" que vai permitir à mulher elevar seu *status* na sociedade – a maternidade – é o mesmo que mais vai contribuir para seu afastamento do espaço público. Simone de Beauvoir dirá, mais tarde, que a maternidade foi nosso *hand cap*, e Elizabeth Badinter, que o amor materno foi um mito cuidadosamente construído para melhor manipular as mulheres.

O apelo por educação, presente na maioria, era mais que pertinente. Até a década de 1870, poucas brasileiras estavam alfabetizadas, pois o senso comum patriarcal se opunha com firmeza à instrução feminina e às mudanças de comportamento que daí podiam advir. O Censo de 1872, o primeiro realizado no país, contém dados interessantes. O Brasil tinha 81,43% da sua população livre analfabeta; e apenas 19,85% entre os homens e 11,5% entre as mulheres eram alfabetizados. Os jornais e revistas dessa época destinavam-se, portanto, às poucas brasileiras que começavam a superar a reclusão doméstica, a frequentar teatros, saraus e a apreciar literatura.[4]

Diante de tal quadro, compreende-se porque os liberais defendiam a melhoria do sistema de ensino, pois a educação era vista como chave para o progresso. Ainda assim, o direito das mulheres frequentarem a escola secundária e superior enfrentou resistência por parte da sociedade que considerava tais estudos desnecessários para a formação das jovens. O androcentrismo da família patriarcal reservava aos homens os benefícios da cultura e se

[4] Cf. Site: Brasil Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, IV, 4ª parte, XII-XVI.

encarregava de excluir as mulheres desse universo. Por isso a imposição de uma educação diferenciada como forma de respeitar as "diferenças biológicas e morais" de cada sexo. Aos homens, uma educação que os preparasse para o mundo do trabalho; às mulheres bastava a "educação da agulha", saber se comportar e atuar dentro da casa. Numa formação mais sofisticada, a jovem aprendia francês, música, pintura, as quatro operações, e ainda etiqueta, catecismo, culinária e princípios morais. Assim se formavam as mulheres que o discurso senhorial prescrevia: educadas, meigas, acomodadas.

Os periódicos vão refletir – portanto – a dicotomia vigente: alguns se empenham em acompanhar a transformação dos tempos e defendem que as mulheres devem ser respeitadas, ter direito de frequentar escolas e o espaço público. Já outros reiteram sua fragilidade e delicadeza, a especificidade dos papéis sociais, e se limitam a falar de moda, criança e culinária. Ocorria, muitas vezes, inclusive, de propostas antagônicas se misturarem no mesmo periódico, e artigos investidos de tom progressista ficarem próximos de outros com ideias contrárias. A emancipação intelectual, política e social da brasileira ficou, assim, à merçê de forças que ora a impulsionavam para frente, ora a queriam estacionada na ignorância e na dependência.

A partir de 1870, os órgãos feministas se multiplicam com uma rapidez espantosa, minimizando o isolamento das mulheres, divulgando as conquistas e realizando uma espécie de rede de apoio e intercâmbio intelectual entre eles. Os mais radicais propagavam que o gênero está submetido ao fator econômico. Isto é, que a dependência financeira determina a subjugação e que o progresso do país depende de suas mulheres. Esta tese, que surge na Europa ainda no final do século XVIII, toma força no XIX e está presente no primeiro livro de Nísia Floresta – *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832.[5] E é abraçada por redatoras – Josefina Álvares de Azevedo, Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida e Presciliana Duarte de Almeida, entre outras – empenhadas em conscientizar as leitoras de seus direitos à educação, à propriedade, ao voto e ao trabalho. Assim, o protagonismo feminino adentra as redações e toma para si a direção política e ideológica de muitas das folhas destinadas às mulheres. De leitoras a redatoras, abrem espaço às vozes femininas antes reclusas às alcovas, e empreendem a transformação hoje perceptível no perfil dessa imprensa: de "revistas de moda" a órgãos de reflexão.

Dentre as questões mais importantes defendidas pelos periódicos esteve, naturalmente, a defesa da abolição, o que atesta a relevância do protagonismo feminino na luta pelo fim da

[5] Esse livro consiste na tradução de um opúsculo inglês que circulava anônimo na França e que o tradutor francês equivocadamente atribuiu a autoria a Mrs. Godwin, o nome de casada de Mary Wollstonecraft. Nisia Floresta foi fiel à informação constante na capa do original que conheceu e repetiu o equívoco na versão em português.

escravidão em nosso país. Dentre os inúmeros jornais empenhados nessa luta, começo citando o *Echo das* damas (1879-1888), um dos mais importantes da história do periodismo feminino brasileiro. No editorial de 27 de maio de 1888, apenas alguns dias após o 13 de maio, sua diretora, Amélia Carolina da Silva Couto, saúda a abolição da escravatura, nesses termos:

> Eis aberta uma nova fase para o Brasil! [...]
> Muitos foram os combatentes nessa sublime luta do bem. [...]
> Mas é ainda maior a alegria e o orgulho para nós, as mulheres, por vermos que é a uma do nosso sexo que devemos ter-se nivelado o Brasil a todas as nações civilizadas. É à S. A. a princesa D. Isabel a que devemos a emancipação do ventre escravo em 1871; [...] (*Echo das Damas*, RJ, 27 de maio de 1888, p. 1)

Outro periódico importante foi *O Abolicionista do Amazonas*, cujo subtítulo era o lema da Revolução Francesa: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Publicado pela primeira em Manaus no dia 4 de maio de 1884, pertencia ao Club Emancipador e Associação Beneficente composto exclusivamente por mulheres que lutavam pela emancipação dos escravos da Província do Amazonas. O primeiro editorial esclarece que o jornal "Desconhece completamente os partidos militantes e dedica-se exclusivamente à causa da abolição do elemento servil nesta Província", e pede o apoio e a colaboração de todas as pessoas que se interessam por tão justa causa." (*O Abolicionista do Amazonas*, Manaus-AM, Ano I, n. 1, 4 de maio de 1884, p. 1).

Em Recife, circulou com sucesso – *Ave Libertas*, que denunciava os maus tratos impingidos aos escravos e exigia a abolição. Criada por um grupo de senhoras, em abril de 1884, as reuniões da Sociedade *Ave Libertas* aconteciam no Engenho da Casa Forte, de Anna Gonçalves Paes de Azevedo, onde o grupo traçava os planos para arrecadar doações que seriam revertidas na compra da liberdade dos cativos.

Em 1886, na comemoração do segundo aniversário da abolição da escravatura no Ceará (que ocorreu em 1884), foi lançado o periódico o *Vinte e Cinco de Março*, com textos e poesias escritos por mulheres e homens abolicionistas, visando sensibilizar as famílias a aderirem a luta pelo fim da escravidão. Participaram desse periódico, entre outros nomes importantes, Maria Amélia de Queirós e Inês Sabino, escritoras, feministas e abolicionistas.

E para concluir essa enumeração que poderia ainda se estender, cito o *Almanach Literário Alagoano das Senhoras*, que dedicou a edição de 1889 à abolição da escravatura, ocorrida no ano anterior, e a homenagear a Princesa Isabel.

Retomando a metáfora do *iceberg*, pode-se dizer que estes 143 jornais são a face visível de um vasto universo de papel construído para a leitora daqueles tempos, que ao mesmo tempo a informavam sobre as transformações históricas e sociais em processo, enquanto a distraíam na rotina de seus afazeres cotidianos. Alimentado por fontes primárias raras ou de difícil acesso,

o dicionário busca cumprir seu papel de mapa e guia norteador de novas pesquisas. Vem, pois, preencher lacunas que persistem acerca da história da mulher brasileira na busca por seus direitos e na construção de sua identidade e de uma dicção literária própria.

A reflexão continua, portanto. E os volumes destinados ao século XX pretendem também dar conta desse universo cada vez mais multifacetado, mais plurissignificado e mais representativo das mulheres. [6]

Referências bibliográficas

BUITONI, Dulcília S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

CARVALHO, Alfredo de. TORRES, João Nepomuceno. (Org.) **Anais da Imprensa da Bahia**. 1º Centenário 1811-1911. 2 ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX – Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016. (2ª ed. 2017; 3ª ed 2023).

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XX – 1900-1949. Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023).

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**. 1850-1937. Trad. Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Trad. Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Coleção Retratos do Brasil, vol. 112)

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LUCA, Tânia Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla B., PEDRO, Joana Maria (Orgs.) **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 447-468.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte – 1909-1987**. São Paulo: Editora Cortez; Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 11 (1): 225-233, jan-jun, 2003.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco. 1821-1850**. Vol. IV. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969. (Vol. V, 1970; Vol. VI, 1972)

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

[6] O século XX, tendo em vista sua extensão e o número de periódicos encontrados, foi publicado em partes: a primeira, contendo os periódicos datados de 1900 a 1949, já foi publicada pela Editora Autêntica. A segunda metade do século XX, com os periódicos datados de 1950 a 1999, encontra-se no prelo.